

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 11 de outubro de 2001

Ano 3 Nº 75

CPI do Leite ouve representantes de cooperativas

Produtor responsabiliza multinacionais, cooperativas, empresas de embalagem e redes de supermercados por formação de cartéis

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga os baixos preços pagos ao produtor de leite, presidida pelo deputado Moacir Sopelsa (PMDB) e tendo como relator o deputado Afonso Spaniol (PPB), ouviu nessa segunda-feira (8) representantes de cooperativa e da Associação Brasileira dos Produtores de Leite. Acompanharam os trabalhos o deputado João Henrique Blasi e o senador Casildo Maldaner, ambos do PMDB, além dos membros da CPI os deputados Milton Sander (PPB), Herneus de Nadal (PMDB) e Gelson Sorgato (PMDB).

Segundo Nelson Voss, a Cooperativa Terra Viva, de São Miguel d'Oeste, possui quatro pequenas indústrias e 400 associados, assentados do MST, estando há 60 dias sem produzir leite longa vida devido ao preço abusivo das embalagens. Citou quatro grandes cartéis: multinacionais, cooperativas que têm o monopólio da compra do leite, empresas de embalagens e redes de supermercados. Disse que a Terra Viva aposta numa política de preços justa, com diferença de apenas R\$ 0,04 entre o maior e o menor preço pago pelo litro do produto. Ele defendeu o fim da

Portaria 56, do governo federal, que tira o leite tipo C do mercado, levando milhares de agricultores do Estado à falência.

O presidente da Organização das Cooperativas de SC (Ocesc), Luiz Temp, descartou a prática de cartel no setor, culpando as políticas públicas pela diminuição do consumo do produto e o Plano Real pela falta de estímulo a agricultura. O líder cooperativo frisou que o setor responde por apenas 6% da produção leiteira nacional, demonstrando que 10 das 12 maiores empresas do ramo são multinacionais. Como medidas para melhorar a situação financeira das cooperativas, ele pregou uma menor carga tributária, programas de estocagem e de pagamento por qualidade, inibir a formação de cartel e o incentivo à produção organizada.

O empresário Marco Miguel, da Associação Brasileira dos Produtores de Leite, informou



Nelson Voss em depoimento na CPI

que o consumo anual no Brasil chega a 21 milhões de litros de leite, registrando um crescimento de 30% nos últimos dez anos. Afirma que os preços das embalagens diminuíram os ganhos do produtor e que há muitos produtores para poucos compradores. Miguel defendeu a regulamentação da venda do leite, pois muitas indústrias deixam, por decisão unilateral, de adquirir o produto de certos agricultores. Ele declarou que em São Paulo já há um movimento contra a importação do leite em pó, baseado na sua produção no âmbito de cada região.

(foto Jonas Lemos Campos)



Governador entrega projetos

O governador Esperidião Amin entregou nessa terça-feira (9) ao presidente da Assembléia, deputado Onofre Agostini (PFL), o projeto de emenda constitucional que altera o artigo 120 da Constituição Estadual. Trata-se da instituição do planejamento participativo no âmbito da administração pública estadual. Se aprovado, o projeto será uma obrigação constitucional a ser concretizada através da realização de audiências públicas e consultas a autoridades estaduais.

O presidente recebeu ainda o projeto de lei complementar que propõe a regulamentação do planejamento participativo e a mensagem do Executivo que solicita autorização da Assembléia para o Estado contrair financiamento junto ao Banco Mundial (Bird), no valor de US\$ 62 milhões, a serem aplicados no programa Microbacias II.

OPINIÃO

Melhores serviços à população catarinense



A Assembléia Legislativa vive uma fase de significativa transformação. Um momento de ebulição próprio para investir na sua modernização visando melhorar os serviços prestados pelos deputados e pelos servidores, à população catarinense.

Entendemos que a qualidade total, tão propalada nos últimos anos, requer mudanças estruturais fortes, a começar pela reestruturação interna. Por isso, estamos aperfeiçoando os servidores através da Escola do Legislativo, que busca parcerias com universidades para capacitar o corpo funcional adequá-lo ao novo momento que começamos a viver e exige profunda revisão de valores, além de reciclagem da mão-de-obra. Pouco adianta equipar a Casa sem capacitar seus funcionários. Não mediremos esforços para apoiar ações empreendidas em favor dos servidores deste Poder, já considerados de excelência pela sua qualificação reconhecida em todo o País.

Investir na informatização tem sido o caminho para concretizar a conexão da Assembléia com a Rede Nacional de Informática dos Legislativos Brasileiros (Interlegis), trazendo na esteira as Câmaras Municipais.

O Projeto Retratos de Santa Catarina, através da concessão do espaço físico da Assembléia para os municípios mostrarem suas riquezas, contribui para minimizar a distância entre a população - que elege seus representantes - e seus representados. Cada município mostra suas particularidades, a

produção econômica, artística e cultural. Além de valorizar os municípios, o Poder Legislativo oferece à comunidade a oportunidade de conhecer o seu estado e resgatar a sua história. Sempre com transmissões ao vivo pela TV AL, para que as pessoas tenham a oportunidade de expandir sua cultura, a começar pelo conhecimento de suas origens. Santa Catarina reúne riquezas inimagináveis que a maioria dos Catarinenses desconhece. Mas, para gostar e defender a sua terra, as pessoas precisam conhecê-la.

Este caminho que nos aproxima da comunidade tem mão dupla. Ao mesmo tempo em que trazemos os segmentos produtivos para dentro da Assembléia, através do Projeto Retratos de Santa Catarina, vamos ao encontro dos anseios da população com as sessões interiorizadas e as audiências públicas. Entendemos que "in loco", junto com a população, constatamos os problemas e discutimos as possíveis soluções, viabilizadas através das proposições parlamentares. Esse corpo-a-corpo agiliza e aperfeiçoa nosso trabalho.

Além de legislar, os parlamentares têm a função de buscar alternativas para resolver os problemas que afetam a população. E tudo começa nos municípios, que enfrentam múltiplas dificuldades, principalmente nos setores essenciais como saúde, educação, segurança e infraestrutura. Como a Assembléia é a caixa de ressonância da sociedade, compete aos deputados estreitar a ligação entre o Executivo e o povo. Por isso, a interiorização é fundamental, na medida em que coloca os parlamentares "cara a cara" com os problemas que vão de encontro à qualidade de vida, que tanto buscamos, e ao desenvolvimento deste País.

Deputado Onofre Agostini (PFL)

Responsabilidade versus politicagem



Dentro da linha de coerência e responsabilidade que caracteriza o Governo Esperidião Amin, o próprio governador entregou na Assembléia três importantes mensagens, sendo que duas delas dizem respeito ao assunto que ora tratamos: uma, dispoño através de emenda constitucional. Da institucionalização do processo de Planejamento Participativo na Administração Estadual que, na prática, cria formalmente o orçamento regionalizado; a segunda mensagem, através de projeto de lei complementar, regulamenta esse dispositivo.

Nos termos encaminhados pelo Governo, o Planejamento Participativo "será uma obrigação constitucional e será exercido através de reuniões e audiências públicas; consultas a autoridades municipais e a parlamentares; encontros com segmentos sociais e específicos e terá como objetivo colher subsídios para a preparação e atualização dos três instrumentos institucionais que direcionam a ação da Administração Pública: O Plano Plurianual; a Lei das Diretrizes Orçamentárias; o Orçamento Anual".

A apreciação da LDO será feita por intermédio de três audiências públicas, em três das nove macrorregiões catarinenses, sendo que a proposta do Orçamento Anual será submetida à sociedade catarinense por ocasião do Governo itinerante que se instalará, todos os anos, em todas as macrorregiões. Isso se dará por reuniões e audiências, consultas a autoridades municipais e parlamentares e reuniões com segmentos específicos, previamente agendadas.

De forma clara, inequívoca e responsável, sem apelos de palanque político, o governador Amin e sua equipe vieram ao encontro do que a sociedade e seus representantes preconizavam: elaboração do planejamento e execução orçamentária do Estado de forma participativa. Repito: de forma responsável, legal, constitucional, sem palanque e politiquismos que efetivamente não levam a nada.

Politicagens a exemplo, infelizmente, do que tem sido levantado de forma equivocada e partidária pelo presidente da Comissão de Finanças e Tributação, inclusive em artigo no nosso jornal da Alesc. Em artigo recente, o presidente daquela Comissão diz que "os tempos são outros" e, por falta de informação ou má-fé, insinua que o Governo Estadual não quer o orçamento regionalizado ou participativo. Mas, é preciso que se esclareça a verdade: caberia a ele fixar as audiências públicas ainda no primeiro semestre deste ano, e não o fez. Perdeu o prazo e decidiu realizá-las de forma arbitrária durante o recesso de julho. Como ele mesmo descumpriu as normas quanto aos prazos das audiências, o Governo não as reconheceu. Ato contínuo, o presidente da Comissão, mais preocupado com holofotes, quis devolver o projeto da LDO ao Governo, ato que a própria Procuradoria da Casa desaprovou.

Munido desse discurso oportunista e inócuo, o presidente da Comissão produziu o lamentável texto na edição anterior do jornal da Alesc. Foi a perda de um precioso espaço, que poderia ser dedicado a um assunto, digamos, mais produtivo, e evitar-se-ia um laudatório de bobagens e palavras de ordem que, infelizmente, ainda acompanham determinados tipos de se tentar fazer política com "p" bem pequeno.

Deputado Milton Sander (PPB)

Mesa:

Presidente: Onofre Agostini (PFL)

1º Vice-Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)

2º Vice-Presidente: Sandro Tarzan (PPB)

1º Secretário: Manoel Mota (PMDB)

2º Secretário: Odete de Jesus (PL)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Ivo Konell (PMDB)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC

Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751 Fax: 223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz

Coordenador de Imprensa: João Batista Ramos

Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974

Editoração e Diagramação: Stela Martins e Rafael dos Santos

Redatores: Marise Ortiga, Cleide Winckler, Rubens Vargas, Rose

Mary Paz Padilha, com a colaboração dos assessores de bancadas

Revisão: Rubens Vargas

Fotografia: Jonas Lemos Campos, Giancarlo Gianni Bortoluzzi,

Solon Soares, Eduardo Guedes de Oliveira e Alberto Neves

Distribuição: Setor de Expedição

Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

ESPECIAL

Câmaras Municipais tiveram acesso a soluções de informática no VI Enial

O Enial proporcionou a mostra de soluções de informatização do legislativo, a troca de experiências e a disseminação de uma nova cultura que pressupõe a aproximação, cada vez maior, da ação parlamentar com a sociedade.

O VI Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo (Enial), encerrado na última sexta-feira (05), debateu durante três dias, na Assembléia, soluções para a informatização do Poder Legislativo, de forma a dar mais agilidade e transparência à atividade parlamentar.

Realizado desde 1996, o Enial é um grande foro de debates e reuniu desta vez mais de 800 pessoas de 22 estados brasileiros, entre vereadores, parlamentares e técnicos das casas legislativas, que receberam da organização do evento soluções para o processo parlamentar, divididas em páginas na Internet com as mais variadas informações e tecnologia para gerenciar os gabinetes.

O êxito do encontro e da Feira de Informática deve-se à participação efetiva dos funcionários da Casa, organizados desde o mês de maio, além do apoio efetivo do presidente, deputado Onofre Agostini (PFL), e dos demais membros da Mesa Diretora. O próximo Enial vai se realizar na Assembléia do Rio Grande do Sul.

“Os visitantes ficaram encantados com a organização, pois toda a Casa abraçou o evento. Isto serviu para reafirmar a boa imagem de Santa Catarina e da Assembléia. A proposta foi cumprida, pois entregamos *soft ware* da Casa, da Unale e do Interlegis sem custo algum, sabendo que as câmaras municipais não têm recursos e precisam acompanhar a evolução do processo parlamentar”, disse o presidente do Enial e diretor de informática, Gerson da Rosa. Ele enalteceu o desempenho dos servidores da Direção Geral, das Divisões de Transportes, Engenharia, Informática, Imprensa, Cerimonial, Centro de Informações e dos Serviços Gerais.



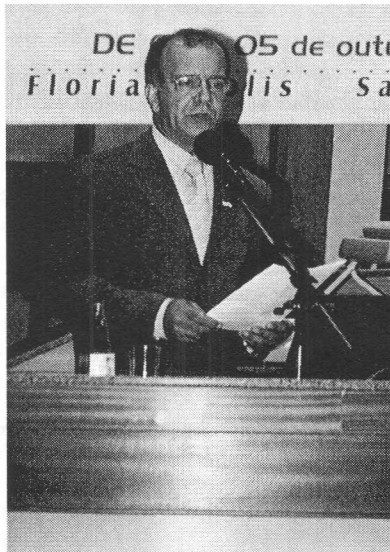
(foto Eduardo de Oliveira)

Intercâmbio

Como exemplo do intercâmbio entre as casas legislativas, Onofre informou que a Assembléia vai adotar o projeto intercâmbios da Assembléia do Rio de Janeiro, enquanto os parlamentares daquele estado ficaram interessados na TVAL. Já os cearenses levaram daqui o Sintak 2, equipamento para a taquigrafia, além de outros produtos de informática para

aprimorar o trabalho nos gabinetes parlamentares.

Segundo Agostini o Legislativo catarinense tem investido pesado em informática, para desta forma ampliar os canais de participação da sociedade no que diz respeito ao seu destino, fortalecendo a democracia e a representação popular.



Gerson da Rosa

(foto Solon Soares)

Interlegis

O vice-presidente da Assembléia e membro da Comissão de Honra do encontro, deputado Gilmar Knaesel (PPB) anunciou que Santa Catarina é o Estado brasileiro que possui hoje o maior número de Câmaras Municipais acessadas ao Interlegis, programa que prevê a criação de uma grande rede conectando em tempo real o Congresso Nacional, os legislativos estaduais e as Câmaras Municipais, sendo que a Casa foi uma das primeiras do país a se integrar ao sistema.



(foto Solon Soares)

Cursos a distância

Dentro de um mês o Núcleo de Educação a Distância do Programa Interlegis começa a oferecer pela Internet os primeiros cursos dirigidos a parlamentares e técnicos do Poder Legislativo. Um dos cursos será *O Papel do Vereador*, elaborado especialmente para atender aos políticos recém-eleitos.

Os cursos serão totalmente gratuitos e poderão ser acessados no site da Interlegis (www.interlegis.gov.br). Com capacidade para atender 2 mil alunos simultaneamente, a educação a distância traz grandes vantagens, porque permite ao aluno se atualizar no próprio local de trabalho, à noite ou no final de semana.

COMISSÕES

Secretária da Educação presta informações na CCJ

Na reunião dessa terça-feira (9) da Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Reno Caramori (PPB), a secretária da Educação, Miriam Schlickmann, esteve presente atendendo requerimento da deputada Ideli Salvatti (PT) para fazer alguns esclarecimentos sobre o projeto de origem governamental nº 315/01. A proposta estabelece nova redação aos artigos 21, 58, 59, 60 e 62 e parte do artigo 69 da Constituição Estadual, que tratam da fixação e distribuição dos professores do magistério público estadual. As alterações propostas pelo governo determinam, entre outras coisas, que o professor passe a ser lotado na Coordenadoria Regional de Educação e não mais na escola. Uma vez estabelecido numa determinada escola, que pode ser em qualquer município da região, não

necessariamente onde o professor reside, qualquer pedido de movimentação só poderá ser feito após um período de três anos.

Para Ideli, existem muitos erros na elaboração do projeto governamental e que precisam ser modificados para que não ocorra interpretação incorreta. A diretora do Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte), Marta Vanelli, disse que a rotatividade de professores no magistério estadual é grande e que esse projeto vai tornar a situação ainda mais problemática. “Está comprovado que a alta rotatividade contribui de forma significativa para a queda na qualidade do ensino”, alertou. A própria Secretária admitiu que o projeto



(foto Jonas Lemos Campos)

Governo e Sinte presentes na reunião

precisa ser alterado. “Vou pedir ao Governador que faça algumas modificações necessárias”.

O projeto teve pedido de vista da deputada Ideli e do deputado Ivan Ranzolin (PPB), que agora deverão elaborar emendas ao projeto com participação do Sinte.

Auxílio para atingidos pelas chuvas

Em virtude das chuvas que castiga eram o Estado nos últimos dias, os deputados Ronaldo Benedett, presidente da Comissão de Saúde e Meio Ambiente e Gelson Sorgato, ambos do PMDB, e os petistas Francisco de Assis e Ideli Salvatti encaminharam solicitações ao Governador a fim de atender os municípios atingidos.

Sorgato pede ações emergenciais de ajuda aos agricultores, em especial dos municípios de Águas Frias, Coronel Freitas, Campo Erê, Lageado Grande, Nova Erechim, São Domingos, Marema e Xanxerê. As culturas mais afetadas foram as de milho, de fumo e de feijão.

O parlamentar ressaltou que a ausência de mecanismos de estímulo à produção tem proporcionado um quadro de desânimo, gerando inúmeros casos de abandono de propriedades rurais e ampliação do desemprego.

Já Benedett peticiona atendimento às prefeituras de São João do Sul e Praia Grande, alegando que o elevado número de famílias desabrigadas pelas cheias fez com que a economia dos municípios ficasse comprometida.

Assis interroga a respeito do valor investido em obras de contenção de enchentes no Estado, em quais municípios e quais obras foram realizadas.

Preocupação – Referindo-se as enchentes no Vale do Itajaí, a deputada Ideli Salvatti (PT) manifestou-se preocupada com o não funcionamento da telemetria, sistema que permite medir o volume das águas e, por projeção, prever o nível dos rios com várias horas de antecedência, permitindo antecipar ações como a retirada de famílias que vivem próximas aos locais que serão inundados. Os equipamentos estão abandonados há dois anos e precisam de manutenção.

A parlamentar está cobrando mais

segurança na barragem do Rio do Cedro, que está permanentemente cheia para a geração de energia e, quando há inundações, corre o risco de transbordar. “Isto já ocorreu na década de 90 e foi uma catástrofe”, lembrou Ideli, acrescentando que há apenas dois funcionários da Celesc para cuidar de quatro postos de trabalho da barragem. Ideli vai propor a realização de uma audiência pública em novembro, no Vale do Itajaí, reunindo deputados, representantes de entidades públicas e da comunidade.

Substitutivo ao projeto Selo Verde

Os membros da Comissão de Agricultura aprovaram o substitutivo apresentado pelo deputado Clésio Salvaro (PFL) ao projeto de autoria do ex-deputado Neodi Sareta (PT) que dispõe sobre a *Certificação de Qualidade, Origem e Identificação de Produtos Agrícolas e de Alimentos (Selo Verde)*.

De acordo com o parlamentar, a certificação de qualidade e origem dos produtos agrícolas e alimentares tornou-se uma ferramenta vital para diferenciar produtos, acessar um

mercado cada vez mais competitivo e vai beneficiar pequenos agricultores. O substitutivo visa adequar e ajustar o projeto às normas e padrões internacionais para identificar a qualidade e a origem dos produtos agrícolas e de alimentos emitidos por autoridades competentes, os selos de Denominação de Origem Controlada (DOC), Indicação Geográfica Protegida (IGP), Produto de Agricultura Orgânica (ORG), Produto de Origem Familiar (FAM) e Certificado de Conformidade (CCO).

COMISSÕES

Lideranças comunitárias pedem parque metropolitano

O diretor presidente da Cohab/SC, Orlando Batistotti, participou nessa segunda-feira (08) de audiência pública da Comissão de Finanças, cujo presidente é o deputado Afrânio Boppé (PT). Na presença de parlamentares, lideranças comunitárias e vereadores da Capital, ele falou sobre alguns aspectos relacionados ao sistema habitacional para famílias catarinenses de baixa renda.

Uma das questões levantadas por Boppé diz respeito aos projetos governamentais de números 375 e 408/01, que tratam da alteração do Plano Plurianual (PPA) para o período 2000/2003, com o objetivo de construir moradias populares no Estado. Para o



Diretor da Cohab e Presidente da Comissão de Finanças

presidente da Comissão não foram esclarecidos quais são os critérios para a viabilização desses dois projetos. "Existem erros graves na elaboração dos projetos que estão na

nossa Comissão", declarou.

Outro tema da audiência e que gerou grande polêmica foi o projeto da Câmara de Vereadores que transforma em área residencial a área verde

de 30 mil metros quadrados na comunidade de Monte Cristo, na Via Expressa, divisa dos municípios de Florianópolis e São José. Um abaixo assinado, com posicionamento contra o projeto, já conta com milhares de assinaturas. Para o deputado João Henrique Blasi (PMDB), o parque é prioridade para a população carente daquela região, que não dispõe de nenhum espaço de lazer.

Afrânio também defende a manutenção da área verde. "A Cohab depende da aprovação desse projeto para vender a área, o que nos impede de votar os dois projetos que estão na Assembléia enquanto esse assunto não estiver definido", alertou.

Orçamento do Estado para 2002

O projeto de lei orçamentária que estima a receita e fixa a despesa do Estado para o exercício financeiro de 2002 se encontra na Comissão de Finanças, onde deverá receber emendas parlamentares e, posteriormente, ser votado em Plenário, o que precisa acontecer antes do recesso, em 15 de dezembro.

A matéria compreende os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento dos órgãos da administração direta, entidades da administração indireta, fundos e das empresas em que o Estado, direta ou indiretamente, detém a maioria do capital social com direito a voto.

O orçamento para o próximo ano chega aos R\$ 8 bilhões e tem prioridades nas áreas de transporte e obras, com destaque ao BID IV, de desenvolvimento social para os programas Prodetur e Microbacias.

Também foi incluída uma autorização no artigo 6º da lei

para que o governo do Estado possa promover ajustes orçamentários para possíveis obras de manutenção da BR-470, caso sejam necessárias. Este procedimento ocorreu porque a rodovia não foi contemplada com recursos no orçamento da União.

(foto Jonas Lemos Campos)



Comissão de Fiscalização Reunida

Usina Dona Francisca

Várias discussões, inclusive com a realização de audiência pública, foram feitas sobre o projeto governamental n.º 118/01, que autoriza a Celesc a alienar sua participação acionária na Usina Dona Francisca. A matéria esteve na pauta da reunião da Comissão de Finanças ocorrida nessa quarta-feira (10).

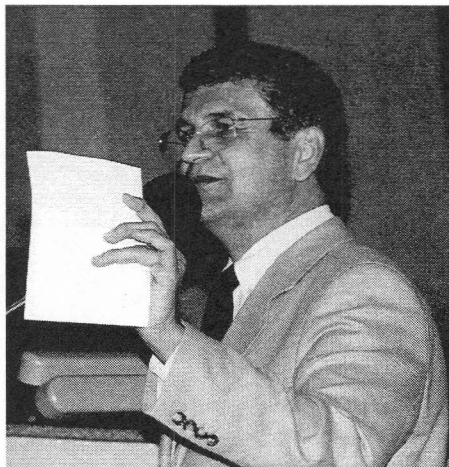
O presidente da Comissão, deputado Afrânio Boppé (PT), foi o relator e seu parecer pela rejeição foi aprovado por unanimidade pelos deputados de oposição, já que no momento da votação a ala governista não esteve presente. Boppé declarou que o setor elétrico é rentável, o que não justifica a venda das ações da Celesc. "Em tempos de apagão quem tem energia não deve se desfazer desse privilégio", afirmou. Argumentou também que ao não se desfazer da energia que hoje detém, o governo tem maior influência na definição de tarifas, não ficando refém da lógica de mercado.

PLENÁRIO

Dívidas de veículos apreendidos

Autor de um projeto de lei que tratava de parcelamento em seis vezes das dívidas de proprietários de veículos apreendidos nas garagens do Detran, vetado pelo Governador e cujo veto foi derrubado na Casa, o deputado Adelor Vieira (PMDB) voltou a solicitar ao Executivo a regulamentação da lei pois mais de 10 mil carros estão se deteriorando, a céu aberto, em todas as regiões do Estado. Classificando o caso como um problema social, pois muitos veículos servem para sustento familiar, o parlamentar lamentou que o governo estadual tenha firmado convênio com um banco, oriundo de São Paulo e que possui agência apenas em Joinville, para empréstimo de R\$ 200 a R\$ 1.200, com pagamento de R\$ 45 para abertura de crédito e taxa de risco, cobrando juros exorbitantes de 5 a 7% ao mês.

Adelor argumenta que o Executivo pode solucionar a questão apresentando um projeto de lei com os mesmos parâmetros, cobrando taxas em Ufirs, e, numa média de R\$ 500 em dívidas de IPVA e multas, o Tesouro do Estado chegaria a arrecadar R\$ 5 milhões. Ele informou que a dívida aumenta consideravelmente, pois a taxa diária de permanência nos pátios do Detran é de R\$ 3,19. Desta forma, alguns proprietários acumulam uma dívida de até



Deputado Adelor

R\$ 4 mil, perdem o carro e o governo acaba não arrecadando os valores em débito. "Há dados comprovando que existem 1,8 milhão de veículos no Estado e 30% deles estão irregulares, devendo aos cofres públicos impostos e multas. Se o governo não facilitar o pagamento, estará realizando um verdadeiro confisco de frota. Este convênio firmado está proporcionando enormes ganhos financeiros a este banco", completou Adelor.

Cidadão Catarinense

Foi aprovado projeto de lei de autoria do deputado João Henrique Blasi (PMDB) concedendo Título de Cidadão Catarinense a Larri Passos, treinador de Gustavo Kuerten. Natural de Rolante (RS), mudou-se para Balneário Camboriú (SC) em 1986 para treinar Marcos Vinícius Barbosa. Em seu treinamento enfatiza a disciplina e o uso da filosofia, em 1997 foi eleito técnico do ano pela imprensa italiana. Atualmente desenvolve um projeto tendo como público-alvo crianças carentes de escolas públicas.

Corte de água e energia só em dias úteis

Com a finalidade de impedir que o consumidor usuário dos serviços públicos de água e energia elétrica tenha interrompido o fornecimento residencial desses serviços durante o final de semana ou feriado, por falta de pagamento, foi aprovado projeto de lei do deputado César Souza (PFL) proibindo o corte nessas datas. O projeto especifica a proibição do corte às sextas-feiras, sábados, domingos e feriados e no último dia útil anterior ao feriado.

Ao consumidor que tiver suspenso o fornecimento nesses dias, fica assegurado o direito de acionar judicialmente a empresa concessionária por perdas e danos, além de ficar desobrigado do pagamento do débito que originou o corte.

Título

Toda a economia de Xanxerê, na região Oeste, está baseada na agricultura, onde o milho é o principal produto. A área de plantio de quase 13 mil hectares tornou o município conhecido como o maior produtor de milho de Santa Catarina. Agora, esse título deverá ser oficialmente reconhecido, através do projeto do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que o denomina como *Capital Catarinense do Milho*.

Segundo o autor do projeto, em tramitação na Comissão de Justiça, o reconhecimento oficial é de grande importância ao desenvolvimento social de Xanxerê e, por consequência, de todo o Estado. "Santa Catarina deve desenvolver ações em defesa das suas potencialidades produtivas", falou.

Recuperação da BR-101

Um levantamento da Polícia Rodoviária Federal realizado na BR-101, entre o km 112, em Itajaí, e o km 176, em Tijucas, nos dois sentidos, apresentou 41 defeitos. Entre eles estão buracos na pista, acostamento desmoronado, acúmulo de água na pista e mureta divisória incompleta. Preocupado com a segurança dos motoristas que diariamente trafegam por essa rodovia, o deputado Volnei Morastoni (PT) enviou mensagem ao Ministério dos Transportes e ao DNER/SC solicitando providências urgentes para corrigir esses problemas. Pediu também levantamento sobre os pontos críticos nos demais trechos da rodovia e sinalização vertical e horizontal para alertar os motoristas sobre as falhas nas duas pistas.

Recadastramento eleitoral

Com base em dados do IBGE, Cerro Negro possui 4.401 habitantes, sendo 1.510 com menos de 14 anos de idade. Desse total, 81,88% são eleitores, que correspondem a 2.591 pessoas. Mas o número delas aptas a votar é bastante superior: 3.358.

Considerando esses dados, o deputado Rogério Mendonça (PMDB) está solicitando ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE/SC) o recadastramento eleitoral no município. De acordo com o parlamentar, uma amostragem de votos realizadas pela Justiça eleitoral nas localidades de São Jorge e Araçá mostrou que em São Jorge 40% dos eleitores inscritos não compareceram para votar nas últimas eleições. Na outra localidade o índice de abstenção foi ainda maior 60%. "Queremos garantir a segurança dos resultados de futuros pleitos", disse Mendonça.

PLENÁRIO

Turismo para idosos

Instituir um programa estadual de incentivo ao turismo para o idoso foi a indicação encaminhada ao Governador pelo deputado Lício da Silveira (PPB). O programa, de acordo com o parlamentar, visa beneficiar pessoas com idade superior ou igual a 60 anos que tenham renda máxima de até seis salários mínimos mensais. As agências de turismo que aderirem ao programa vão ter redução de 3% no ICMS e aos idosos os descontos nos preços dos serviços e das tarifas podem chegar a 30%. As viagens deverão ter pessoas qualificadas e treinadas para conduzir e acompanhar os turistas.

Um dos objetivos desse programa é deslocar o eixo do turismo para outros meses do ano, nos quais os preços poderão ser reduzidos e as estradas descongestionadas. Com o deslocamento haverá um aproveitamento da mão-



(foto Selam Soares)

Deputado Lício

de-obra ociosa nas regiões de obra ociosa nas regiões com potência turística, incrementando o recolhimento do ICMS. "O investimento no idoso através de programas especiais, com incentivos dados pelo governo e pelas agências de turismo, cria uma oportunidade para o aposentado e para as pessoas idosas de passear, conhecer cidades históricas, estâncias hidrominerais, praias e turismo rural, além de gerar emprego e renda", afirmou Lício.

Informações do Besc

Líder da bancada do PT, deputada Ideli Salvatti, pede ao Governo do Estado, através da Secretaria da Fazenda, informações sobre o processo de capitalização da Besc Crédito Imobiliário (Bescr). Ela solicita encaminhamento de cópia da versão final do Plano de Demissão Incentivada (PDI) do banco apresentada pelo Banco Central, bem como a cópia do acordo conforme contrato de abertura de crédito, do déficit atual da Fundação Codesc e de Seguridade Social.

Pavimentação da SC-483

Há muitos anos a população dos municípios de Jacinto Machado e Praia Grande reivindica a implantação e a pavimentação asfáltica da SC 483, no trecho que liga os dois municípios. Sem o atendimento desse pedido, o deputado Julio Garcia (PFL) enviou indicação ao Governador para que a obra seja incluída no

orçamento do próximo ano. Entre os benefícios que vão ocorrer caso o pedido se transforme em realidade estão a facilidade para o escoamento da produção, o rápido acesso às comunidades de Dois Irmãos e Tenente e também a geração de recursos e o desenvolvimento da região.

Passagem gratuita a crianças portadoras de câncer

O deputado Nelson Goetten (PPB) apresentou projeto de lei que garante passagem de ônibus intermunicipal gratuita para crianças pobres portadoras de câncer. Com esta proposta o parlamentar pretende possibilitar a famílias de baixa renda, de até dois salários mínimos mensais, o custeio do tratamento da doença no Hospital Infantil, no Cepon e no Complexo Hospitalar Vilson Kleinubing, em Florianópolis. Os beneficiados com a passagem gratui-

ta devem ter idade entre 0 a 14 anos.

Muitos desses pequenos pacientes moram no interior e seus pais têm uma grande dificuldade de conduzir seus filhos à Capital para tratamentos intensivos, como os feitos à base de quimioterapia ou radioterapia. Só o setor de oncologia do Hospital Infantil Joana de Gusmão realiza cerca de 20 consultas por dia de crianças com câncer vindas do interior, e sendo a maioria oriundas de famílias carentes.

Dia Estadual de Desarmamento Infantil

A deputada Odete de Jesus (PL), acatando sugestão do vereador Ismael Batista, de São José do Cedro, apresentou projeto de lei criando o *Dia Estadual de Desarmamento Infantil*.

"O momento não poderia ser mais oportuno e a matéria procedente, pois estamos nesta semana comemorando o *Dia da Criança* e acompanhando a expectativa de uma guerra com dimensões desconhecidas e aonde

chegamos ao extremo de ver menores sendo criados sob o ideal de, ao crescer, tornarem-se homens-bomba", disse a parlamentar.

O dia 12 de outubro, além de sua tradicional comemoração, terá também o cunho de prevenção e combate à violência, tendo como ponto culminante palestras sobre a conscientização da sociedade em não incentivar, induzir ou facilitar meios que levem a criança a ter ou usar objetos que gerem violência.

Combate ao crime

O deputado Nilson Gonçalves (PSDB) está sugerindo ao Secretário da Segurança Pública a instalação de urnas em locais de movimentação nas grandes cidades do Estado como supermercados, terminais de ônibus e associações de moradores, destinadas a

receber denúncias da população, de maneira anônima, sobre tráfico de drogas, pontos de vendas de drogas, arrombamentos, furtos, roubos e outros crimes, cuja iniciativa poderá ser de grande valia para a polícia no combate ao crime e aos criminosos.

GERAL

Sul do Estado em noite de festa na Assembléia

A grande produção de carvão na década de 70, que tornou o município conhecido como a “Capital Nacional do Carvão”, contribuiu de forma significativa para que Criciúma pudesse se tornar destaque no cenário da economia catarinense. Um pouco da sua história foi apresentada na noite dessa terça-feira (09) na Assembléia durante o projeto *Retratos de Santa Catarina*, que há vários meses está sendo desenvolvido pelo Legislativo Estadual.

Um dos destaques da exposição foi o primeiro vagão usado pelos mineiros de Criciúma para transportar o carvão extraído do subsolo, amostras do produto e os instrumentos antigos para a sua retirada das minas. A noite teve também apresentações artísticas, com a representação das várias etnias que colonizaram o município e exposição do artesanato local.

Várias autoridades compareceram ao



Deputados da região prestigiam o evento

evento, entre elas o presidente da Assembléia Ono-fre Agostini (PFL), que destacou o esforço dos milhares de trabalhadores responsáveis pelo desenvolvimento de cidade. A-gostini afirmou que o maior objetivo desse projeto desenvolvido pela Assembléia é tornar

Santa Catarina conhecida pelos catarinenses. O vice-prefeito de Criciúma, Carlos Alberto Barata (PDT), disse que o município está vivendo um período de progresso que faz parte da qualidade de vida de sua gente. “Tudo o que temos de melhor está aqui representado”, declarou.

AL em Treze Tílias

Reafirmando a proposta de apoiar iniciativas culturais dos municípios catarinenses, a Assembléia participou na última semana da Tirolerfest em Treze Tílias – um pedacinho do Tirol no Brasil – com a presença do presidente Onofre Agostini (PFL) e a instalação de um estande para informações ao público.

Na abertura da festa que relembra as tradições austríacas trazidas em 1933 por

82 famílias que ocuparam a região, no Meio Oeste, o prefeito Rudi Ohlweiler enalteceu a iniciativa do Legislativo em apoiar o trabalho da comunidade, responsável por toda a preparação da festa.

Agostini retribuiu, agradecendo a Treze Tílias por ter aceito o desafio de ser o primeiro município a se apresentar no projetos Retratos de Santa Catarina.

Salto Pilão

Atendendo a proposição do deputado Rogério Mendonça (PMDB), a Assembléia promove na próxima segunda-feira (15) audiência pública para discutir a construção da Usina Hidroelétrica de Salto Pilão, que abrangerá áreas de terras de Lontras, Ibirama e Apiúna.

A audiência será realizada na sede da Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul, a partir das 14 horas.

Na audiência o presidente da Celesc, Francisco Küster, fará uma exposição sobre o projeto. Em seguida, Miriam Prochnow, representando a Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí (Apremavi), falará sobre os possíveis danos ambientais e prejuízos ao turismo de aventura.

O deputado propôs a audiência em função dos inúmeros questionamentos que a comunidade do Alto Vale tem feito com relação ao projeto. “As dúvidas são muitas e elas precisam ser esclarecidas”, resume.

Serão ouvidos também representantes dos municípios e das comunidades envolvidas na construção da usina. A expectativa é de que seja elaborado um documento para encaminhamento à Mesa da AL, visando a discussão em plenário.

Agenda

Dia 11, às 19 horas – Fórum Interestadual de Combate ao Racismo e Fundação Ford
Local: Plenário

Dia 15, às 14 horas – Audiência pública da Comissão de Finanças para debater o tema *O Estatuto da Cidade*
Local: Plenário

Dia 15, às 14 horas – Reunião da CPI do Leite para a ouvida de depoimentos
Local: Sala da CPI

Dia 15, às 14 horas – Audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente para discutir a construção da Usina de Salto Pilão
Local: Associação Comercial e Industrial de Rio do Sul

Dia 16, às 19h30min. – Retratos de Santa Catarina – São Martinho
Local: Hall da Alesec

Dia 18, às 10 horas – Sessão solene em homenagem ao aniversário de Tangará
Local: Clube Riobonitense

Dia 18, às 19 horas – Lançamento do livro *Travessias pelo Sertão do Contestado*, de Heloísa Hübbe de Miranda
Local: Galeria de Arte Meyer Filho